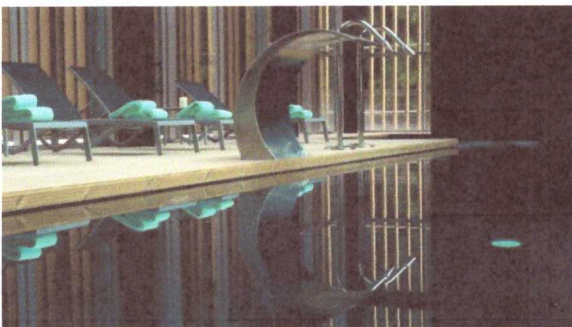




FURNAS
BOUTIQUE HOTEL

DECLARAÇÃO AMBIENTAL

(2ºS 2015-1ºS 2016)



4
ERBM



Nota Introdutória

Este documento constitui a Declaração Ambiental prevista no Regulamento (CE) nº 1221/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Novembro, relativa à participação voluntária no sistema comunitário de ecogestão e auditoria (EMAS).

Trata-se da primeira Declaração Ambiental do estabelecimento Furnas Boutique Hotel, Thermal & Spa (FBH) apresentado mais à frente.

O FBH iniciou atividade no fim de março de 2015 e começou poucos meses depois a implementação do seu Sistema Integrado de Gestão (SIG), de acordo com as normas NP EN ISO 9001:2015 (Qualidade) e NP EN ISO 14001:2015 (Ambiente).

Naturalmente que, pelas razões acima referidas, os dados disponíveis para análise ainda não são muito abundantes, mas cremos que são suficientes para evidenciar perante as partes interessadas o esforço para minimizar os impactes ambientais das nossas atividades, cumprindo assim o compromisso assumido na Política de Gestão, que incorpora a Política do Ambiente.



A Asta Atlântida | O FURNAS Boutique Hotel

Firma

ASTA – ATLANTIDA, Sociedade de Turismo e Animação, SA
NIF: 512076006
NACE: I55.1.0

Localização

Sede

Av João Bosco Mota Amaral
9500-765 Ponta Delgada

Furnas Boutique Hotel, Thermal & Spa
Avenida Dr. Manuel de Arriaga
9675-022 Furnas

Estrutura jurídica

Sociedade Anónima, tendo como accionista único a Noria Summer, SA, cujo capital é detido pelo Discovery Real Estate Fund, que tem como *investment advisor* a Explorer Investments – Sociedade de Capital de Risco, SA.

Breve historial

A ASTA ATLÂNTIDA – Sociedade de Turismo e Animação, SA (ASTA) foi constituída em 2003, materializando uma parceria entre dois grupos familiares oriundos da Terceira e S. Miguel, com o capital social de €8.740.000.

A ASTA venceu o concurso para a concessão do exclusivo dos jogos de fortuna e azar nas ilhas de S. Miguel e Terceira que contemplava, entre outras obrigações, para além do Casino Azores, a remodelação do Centro Termal das Furnas, a construção de um hotel de cinco estrelas em Ponta Delgada e a requalificação da Calheta de Pero de Teive.

No seguimento do concurso referido foram formalizados com o Governo dos Açores, em 15 de abril de 2003, o Contrato de Concessão do Exclusivo de Jogos de Fortuna e Azar num Casino em S. Miguel e o Contrato de Concessão do Exclusivo da Exploração do Jogo de Bingo e de Máquinas de Jogo na Terceira.

Alguns anos mais tarde, com as obras do hotel das Furnas praticamente concluídas, com as obras do hotel em Ponta Delgada e de Pero de Teive em adiantado estado de execução e com a preparação da abertura do Casino em estado avançado, a ASTA deparou-se com graves dificuldades financeiras, que



culminaram na impossibilidade de mobilizar os capitais próprios e alheios que necessitava, para concluir as obras que estavam em curso e preparar o arranque das suas operações.

Nestas circunstâncias a ASTA viu-se obrigada a apresentar um plano especial de revitalização (PER), o qual acabaria por ser aprovado pelos seus credores em 15 de março de 2013, alterado por imperativos legais derivados do contrato de concessão em outubro do mesmo ano, e homologado pelo Tribunal em 22 de abril de 2014. De entre muitas outras medidas o PER contemplava também: (i) a separação das atividades de exploração imobiliária e de hotelaria da exploração do jogo em S. Miguel e Terceira; (ii) a permanência da exploração hoteleira e imobiliária na ASTA, cujo capital seria integralmente adquirido pela Noria Summer, SA; (iii) a transmissão da exploração do jogo para uma nova sociedade, a constituir.

Após a obtenção da necessária autorização do Governo dos Açores, concretizaram-se as medidas acima referidas.

No fim de março de 2015 teve início a operação do hotel das Furnas, com os previstos 55 quartos e categoria de quatro estrelas, cujo nome foi alterado para Furnas Boutique Hotel, Thermal & Spa.

Em junho de 2015 iniciaram-se as obras de remodelação, ampliação e conclusão do hotel em Ponta Delgada, cujo nome foi alterado para Hotel AZOR. A abertura deste hotel ocorreu no fim de maio de 2016.

O Furnas Boutique Hotel

O Furnas Boutique Hotel, Thermal & Spa (FBH), de 4 estrelas, está localizado na Av. Dr. Manuel de Arriaga, freguesia das Furnas, ilha de S. Miguel, Açores. Nas Furnas, onde as manifestações de atividade vulcânica estão por todo o lado, encontra-se a maior concentração de águas termais na Europa.



Ilustração 1: Localização do FBH

O FBH é propriedade da ASTA Atlântida e gerido pela DHM – Discovery Hotel Management, que materializa um ACE no qual participam os hotéis que tem sob gestão.



A área das propriedades onde está o hotel é de 3.374,45m²¹.

A área de implantação do hotel é de 2.704,80m² e a área de construção de 4.648,25m²².

A capacidade de alojamento é de 55 quartos. Esta área constitui a principal atividade do FBH, contribuindo com cerca de 55% dos proveitos totais.

O FBH também oferece, a hóspedes e passantes, saborosas refeições açorianas no seu restaurante “À Terra”. O restaurante e o bar contribuem com aproximadamente 40% dos proveitos totais, o que é bem elucidativo do sucesso do conceito.

No SPA é possível escolher entre 10 salas de tratamento, designadamente Shirodhara, duche Vichy, hidromassagem, sauna e banho turco.

Os hóspedes do hotel podem ainda deliciar-se com a experiência única das piscinas termais, de água captada mesmo ao lado do hotel na nascente “Água Férrea das Quenturas”³.

O regime de laboração é 24h/7dias semanais/365dias anuais.

Em 30 de Junho de 2016 estavam a trabalhar no FBH 55 pessoas.

¹ Alvará de Obras de Construção nº 42/2005.

² Aditamento ao Alvará nº 42/2005, de 16 Outubro de 2008.

³ Aprovação de utilização de uma captação para usos balneoterápicos de 10-02-2015 (refª SAI-DRAIC/2015/1047/AC)



A Política Ambiental e o Sistema de Gestão Ambiental

O FBH implementou um Sistema Integrado de Gestão da Qualidade e Ambiente (SIG) segundo as normas NP EN ISO 9001:2015 e NP EN ISO 14001:2015 e orienta-se pela seguinte Política de Gestão:

POLÍTICA DE GESTÃO

A ASTA, SA, em resposta às crescentes exigências dos seus clientes, num ambiente cada vez mais complexo, e ao desafio da sustentabilidade das suas operações, adoptou um Sistema de Gestão baseado nos referenciais NP EN ISO 9001:2015 e NP EN ISO 14001:2015, observando os requisitos legais aplicáveis à sua actividade.

O desenvolvimento, implementação e melhoria contínua do Sistema de Gestão é responsabilidade de todas as pessoas na organização e, em particular, das Chefias nas respectivas áreas de responsabilidade, sob a orientação e liderança da Administração, que assegura a disponibilização dos recursos necessários e assume os seguintes compromissos:

Compromisso consigo

Experiências locais autênticas ... para recomendar e repetir.

Compromisso connosco

Crescer de modo sustentado, orientando a gestão para resultados financeiros suportados na qualidade dos serviços, na avaliação do desempenho dos nossos processos críticos, na aprendizagem e desenvolvimento das pessoas e no desempenho ambiental.

Compromisso com todos

Melhorar continuamente, cumprindo todos os requisitos legais aplicáveis à nossa actividade.

Proteger o ecossistema que enquadra as nossas unidades, adoptando medidas de prevenção da poluição e definindo objectivos de mitigação dos impactes das nossas actividades.

Alimentos seguros.

Ilustração 2 - Política de Gestão v0 | 9nov2015

O âmbito do SIG é "Prestação de serviços de hotelaria, restaurante e bar, Spa e realização de eventos".



Na Política de Gestão está vertido o compromisso relativo ao desempenho ambiental, protegendo o ecossistema adoptando medidas de prevenção da poluição e definindo objetivos de mitigação dos impactes ambientais das nossas atividades.

O desenho do SIG partiu da abordagem de gestão por processos, como mostrado na ilustração 3, utilizando a metodologia PDCA (Plan, Do, Check, Act), conforme preconizado nas respectivas normas de suporte.

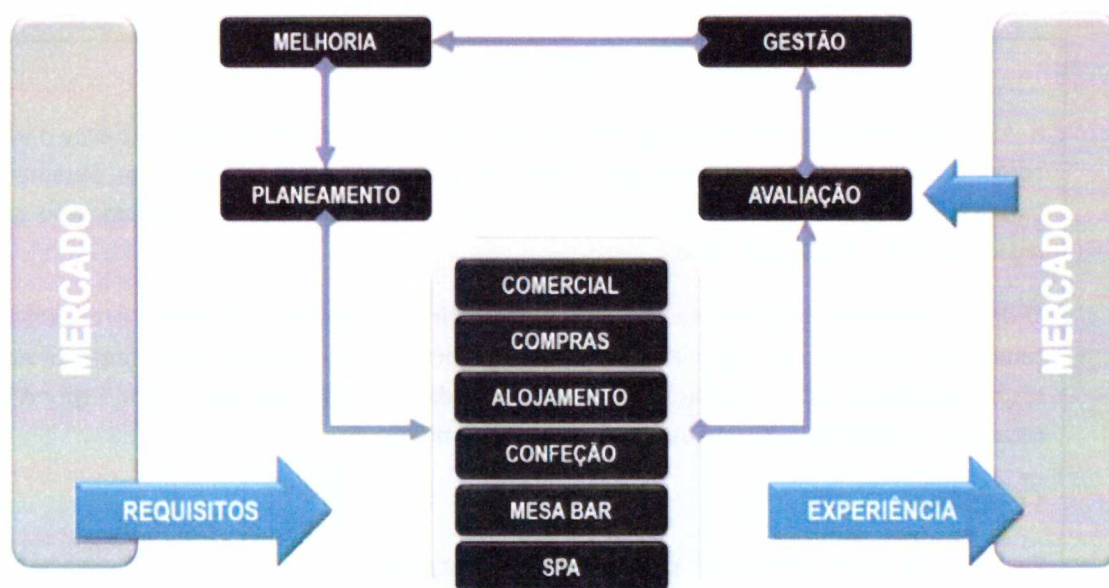


Ilustração 3: SIG - modelo de processos⁴

O Sistema de Gestão é integrado, o que significa que a gestão ambiental não é um processo ao lado da gestão do negócio mas, antes, é parte integrante dos processos do negócio, como mostrado p.ex. no processo Alojamento.

O SIG foi revisto pela gestão em Setembro de 2016, tendo sido identificadas quinze oportunidades de melhoria, das quais três na área do ambiente: (i) implementar o programa de responsabilidade ambiental para os clientes; (ii) estudar soluções para redução da carga térmica nos quartos, no verão; (iii) controlar o consumo de detergentes na lavandaria. Estas oportunidades de melhoria irão integrar o plano de ações para 2017.

⁴ Manual de Processos_00.pdf



ASTA ATLÂNTIDA

FICHA DO PROCESSO

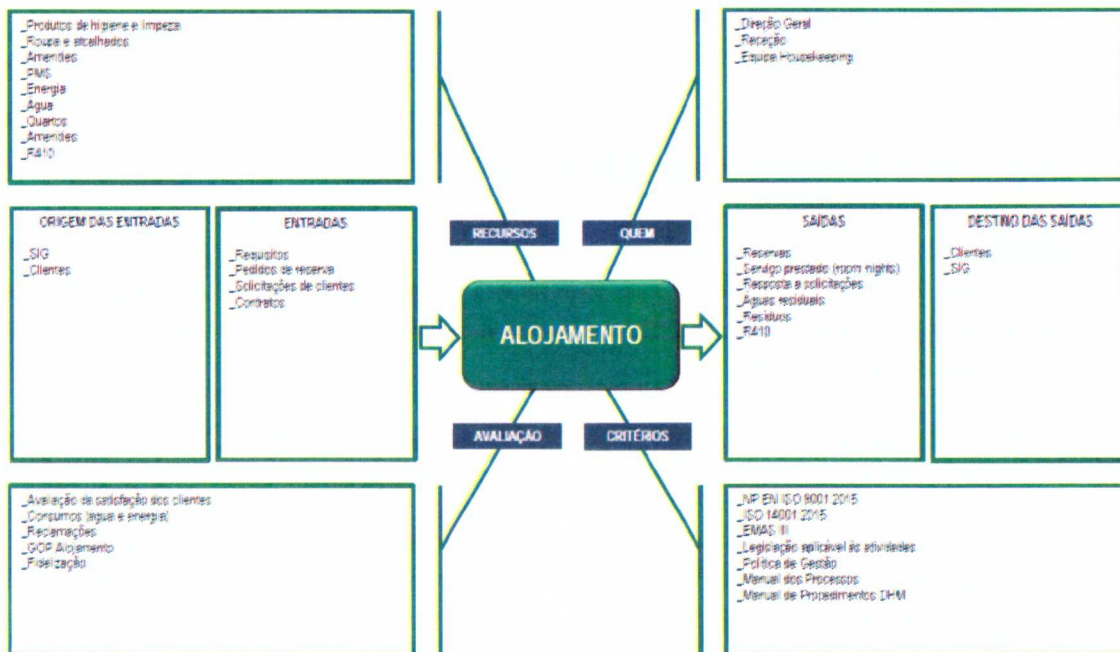


Ilustração 4: SIG - processo Alojamento⁵

⁵ Edição 01 | jun2016

4 ELBm



Aspetos e Impactes Ambientais

Geral

A identificação dos aspetos ambientais diretos e indiretos e a avaliação dos respectivos impactes ambientais é efetuada de acordo com a metodologia definida na IT04 FBH (00)– Aspetos e Impactes Ambientais, de Março de 2016.

A significância de um aspeto ambiental é determinada pela expressão – $S=RA+PI$ – em que RA é o risco ambiental e PI, com valores 1 ou 0, traduz o efeito nas partes interessadas.

O RA é calculado através da multiplicação da frequência, com escala de 1 a 4, pela Consequência, com escala de 1 a 3. Em situações de emergência a frequência é substituída pela probabilidade de ocorrência, com escala de 1 a 3.

Consideram-se com significância os aspetos ambientais com pontuação superior ou igual a 9.

Tendo em conta a origem dos hóspedes do hotel – maioritariamente nacionais do Continente, seguindo-se os europeus e da América do Norte – é incontornável o impacte ambiental negativo do aspeto ambiental indireto – consumo de combustíveis, emissões CO₂, ruído, ... – resultante das deslocações, sobretudo por via aérea, embora não afetando diretamente o espaço geográfico onde está o hotel. A redução do impacte destes aspetos tem sido, e certamente continuará a ser, um objetivo sempre presente no desenvolvimento de novas gerações de aviões comerciais.

Outros aspetos indiretos são o consumo de matérias-primas locais – carne, peixe, legumes, ... – para a confecção de alimentos, e o consumo de produtos produzidos fora da Região ou da ilha de S. Miguel. No primeiro caso devido aos impactes associados à respetiva produção e transporte e, no segundo, devido ao consumo adicional de energia no transporte, às vezes incluindo o retorno de embalagens. No FBH o próprio conceito de restauração privilegia a utilização de produtos locais para a confecção de refeições e, para além disso, os fornecedores são sensibilizados para os aspetos ambientais da sua atividade, através do documento que lhes é entregue.

Na tabela 1 mostram-se os aspetos ambientais diretos, respectivos impactes e significância, avaliados através da metodologia anteriormente referida.



Aspecto Ambiental	Significância	Impacte Ambiental	Áreas / Processos
Ocupação do solo	5	Alteração da biodiversidade	Todos
Consumo de água fria	9	Depleção de recursos naturais	Alojamento Confeção Comidas Restaurante/Bar SPA Lavandaria Escritório Refeitório
Consumo água quente	13	Depleção de recursos naturais	Alojamento Confeção Comidas Restaurante/Bar SPA Lavandaria
Consumo de electricidade	9	Depleção de recursos não renováveis	Alojamento Confeção Comidas Restaurante/Bar SPA Lavandaria Escritório Refeitório
Produção águas residuais domésticas	13	Contaminação do solo Contaminação de águas superficiais Contaminação águas subterrâneas	Alojamento Confeção Comidas Restaurante/Bar SPA Lavandaria Refeitório
Consumo de gas	4	Depleção de recursos não renováveis	Confeção Comidas
Consumo de lenha e carvão	8	Utilização recurso renovável Degradação da qualidade do ar	Confeção Comidas
Utilização energia geotérmica	4	Utilização recurso renovável	Aquecimento água
Produção Resíduos não Recicláveis	13	Contaminação do solo Contaminação de águas superficiais Contaminação águas subterrâneas	Alojamento Confeção Comidas Restaurante/Bar Refeitório
Consumo de substâncias perigosas	7	Contaminação do solo Contaminação de águas superficiais Contaminação águas subterrâneas	Confeção Comidas Lavandaria

Tabela 1: Aspectos e Impactes Ambientais⁶ (o círculo vermelho identifica os aspetos com significância)

Os aspetos ambientais de maior significância são a produção de águas residuais domésticas e de resíduos não recicláveis e o consumo de água quente, seguindo-se os consumos de eletricidade e água.

As águas residuais domésticas são tratadas numa ETAR, propriedade do hotel. O efluente tratado é descarregado na ribeira que corre paralela à ER. Segundo o Alvará AR/2016/46, de 29/09/2016, relativo à descarga dos efluentes no coletor de águas pluviais, o efluente carece de monitorização semestral para os parâmetros:

⁶ Ficheiro Aspecto_Impacte Ambiental rev1.xlsx



- $\text{CBO}_5 \leq 25 \text{ mg/l O}_2$
- $\text{CQO} \leq 125 \text{ mg/l O}_2$
- $\text{SST} \leq 35 \text{ mg/l}$
- pH - 6 a 9
- Óleos e gorduras $\leq 15 \text{ mg/l}$
- Caudal - (reporte) m^3/dia

A comunicação dos resultados desta monitorização tem de ser semestral.

Ponderadas diferentes situações de emergência que poderão ocorrer concluiu-se que a avaria da ETAR é a que poderá ter maior impacto negativo. O plano de contingência definido para esta situação consiste no desvio das águas residuais para um tanque com capacidade de cerca de 24 m^3 , de onde serão retiradas por autotanque, por operador licenciado para este serviço.

Energia

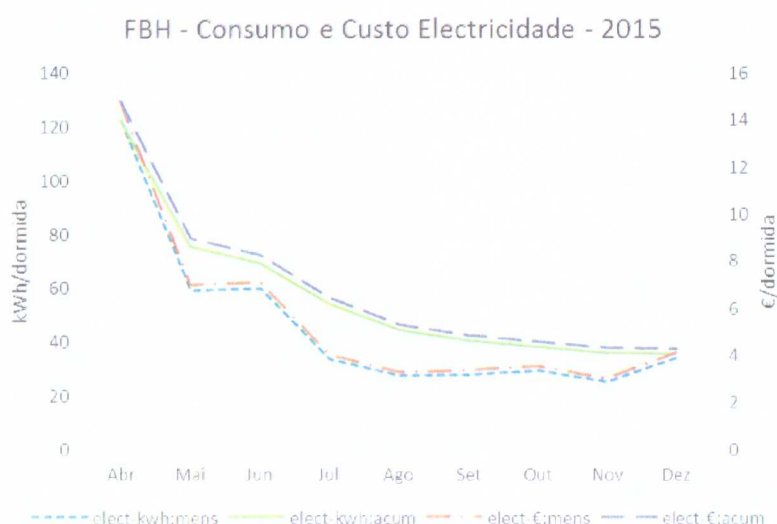


Gráfico 1: Consumo de eletricidade

As fontes de energia utilizadas no FBH são a eletricidade, a geotermia, a biomassa (achas e carvão), o gas butano e o gasóleo.

A eletricidade é fornecida pela rede pública da Empresa de Electricidade dos Açores (EDA) através de um posto de transformação (PT) de 630 kVA, que baixa a tensão de

distribuição MT a 30 kV para a tensão de utilização

de 230/400V. Para garantir a alimentação das cargas prioritárias no caso de falhas ou perturbações na rede pública existe um grupo gerador de emergência (GGE) de 400 kVA, accionado por um motor diesel que arranca e pára automaticamente, nas condições estipuladas.

O gráfico 1 mostra a evolução do consumo mensal de eletricidade do FBH em 2015, desde a abertura. Em valores normalizados o consumo de eletricidade em 2015 foi de quase 40 kWh/dorm^7 .

No 2ºS de 2015 o consumo global de eletricidade foi de 410 MWh^8 (1.476 GJ^9), ou seja, $29,5 \text{ kWh/dorm}$ ($106,3 \text{ MJ}^{10}/\text{dorm}$).

⁷ kWh/dormida

⁸ MWh=Megawatthora (10^6 kWh)

⁹ GJ=Gigajoule (10^9 Joule)



No 1ºS de 2016 o consumo de eletricidade reduziu para 386 MWh (1.391 GJ), com um ligeiro acréscimo do consumo normalizado para 30,18 kWh/dorm (108,6 MJ/dorm).

A geotermia é utilizada para o aquecimento de água – águas quentes sanitárias (AQS). No FBH as águas termais captadas da nascente “Água Férrea das Quenturas” são utilizadas nas piscinas termais interior e exterior. A temperatura na captação é de 59°C, sendo a energia extraída através de permutadores de placas para a redução da temperatura das águas termais para ≈30°C usada, precisamente, para o aquecimento das AQS. O backup é garantido por uma caldeira a gás butano de 130kW de potência.



Ilustração 5: Permutadores de placas

A energia geotérmica utilizada no FBH, no 2ºS de 2015, para aquecimento de água, calculada indiretamente através da quantidade de água quente consumida, foi de cerca de 382 GJ. No 1ºS de 2016 baixou para 352 GJ.

O consumo de energia na forma de carvão e lenha (biomassa) foi de 216 GJ no 2ºS de 2015 e 156 GJ no 1ºS de 2016. Esta forma de energia foi quase na totalidade utilizada na cozinha – no jasper e no forno a lenha – e, residualmente, em aquecimento ambiente.

O consumo de gás butano no 2ºS de 2015 foi de 97 GJ, valor mantido no 1ºS de 2016. O gás butano foi utilizado, praticamente na totalidade, na cozinha.

Foi implementado no FBH um sistema de contagens parciais de eletricidade e água que ficou operacional no fim de 2015^{11, 12}.

Assim, com base nos dados globais apurados através das faturas dos fornecedores, por um lado, e das contagens parciais, por outro, construíram-se os balanços energéticos para o 2ºS de 2015 e 1ºS de 2016. Não está representado neste balanço energético o consumo de gasóleo de cerca de 35 GJ, maioritariamente em viaturas do FBH. Apurou-se assim um consumo total de energia no 2ºS de 2015 de 2.171 GJ e de 1.996 GJ no 1ºS de 2016. O consumo normalizado foi de 156 MJ/dorm em ambos os semestres.

O peso das energias renováveis no balanço energético situou-se no intervalo 25/27,5%, não contabilizando a energia que seria necessária para aquecer a água das piscinas, se não fosse utilizada água termal quente.

Nos balanços energéticos referidos pode também verificar-se que o maior consumidor direto de energia é a cozinha, ligeiramente abaixo dos 30% em ambos os semestres. Segue-se o alojamento, na casa dos 16,5%.

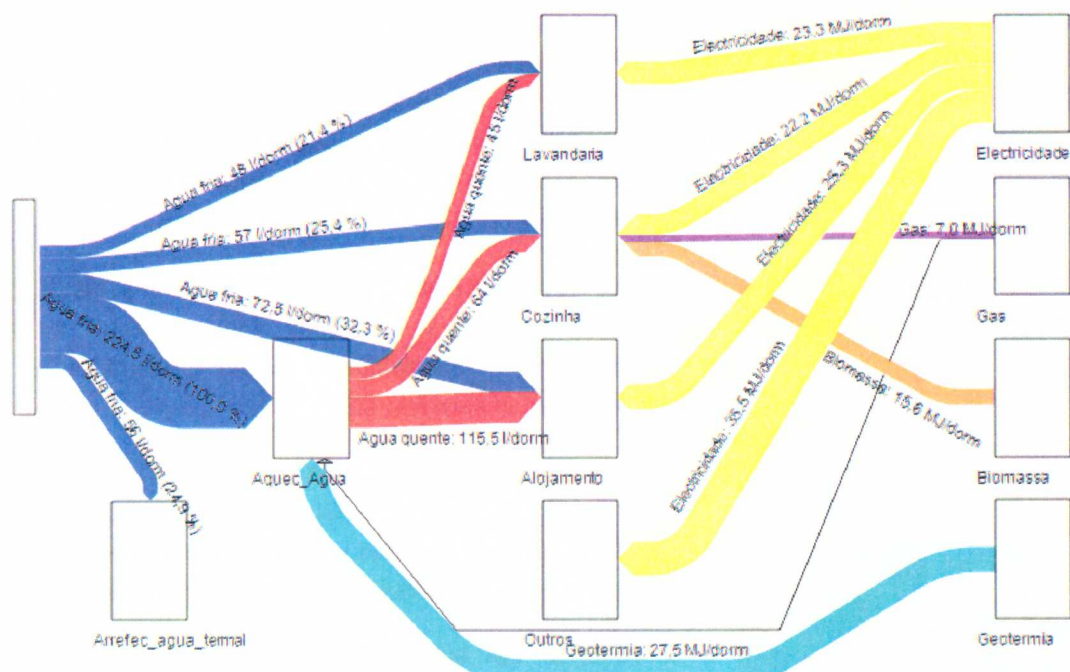
¹⁰ MJ=Megajoule (10⁶ Joule)

¹¹ Eletricidade: cozinha, lavandaria, alojamento, AVAC

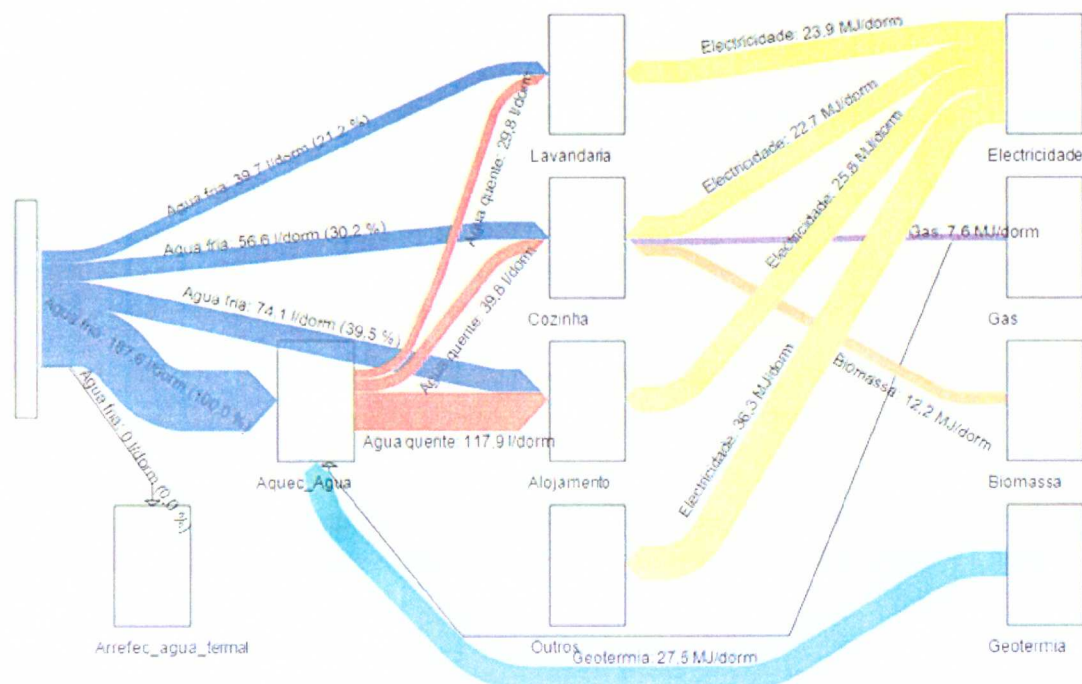
¹² Água: cozinha, lavandaria, alojamento e consumo total de água quente



FBH_Balanco Energia-Água_2ºS2015 rev1
(normalizado /dormida)



FBH_Balanco Energia-Água_1ºS2016
(normalizado /dormida)





Água

O FBH é abastecido de água pela rede pública da Câmara Municipal da Povoação para consumo humano. As principais utilizações de água ocorrem no alojamento, na cozinha e na lavandaria.

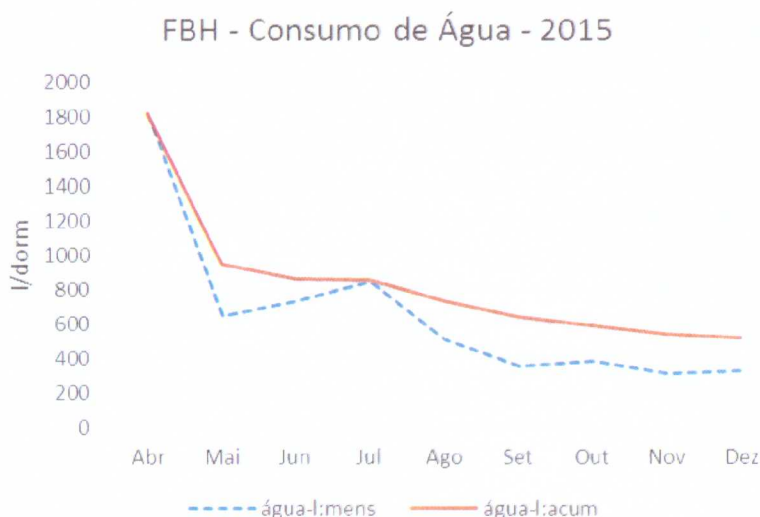


Gráfico 2: Consumo de água

Nas piscinas é utilizada água termal captada na nascente “Água Férrea das Quenturas” e, pontualmente, apreciável quantidade de água em limpezas.

O consumo global de água no 2ºS de 2015 foi de 5.315 m³,

compreendendo uma quantidade estimada em 650 m³ utilizada no arrefecimento da água termal para as piscinas, antes de ser alterado o processo para arrefecimento a ar.

No 1ºS de 2016 o consumo de água ascendeu a 4.584m³.

Em valores normalizados o consumo de água foi assim de 383 e 358 l/dorm, no 2ºS de 2015 e 1ºS de 2016, respectivamente.

Ao lado dos balanços energéticos encontram-se os balanços de água para o 2ºS de 2015 e 1ºS de 2016, em valores normalizados (l/dorm).

Águas Residuais e Resíduos

Estima-se em cerca de 90% do consumo de água o volume de águas residuais produzidas pelo FBH. Em virtude de não haver rede pública de águas residuais domésticas nas proximidades, o FBH dispõe de uma ETAR compacta de tratamento de águas residuais, por sistema de lamas ativadas, regime de arejamento prolongado, com capacidade para uma população de 175 habitantes-equivalente.

As águas residuais provenientes da cozinha passam num separador de gorduras antes de entrarem na ETAR. Os efluentes tratados são descarregados em linha de água, através do troço final de um coletor de águas pluviais.

A implementação do controlo da produção de resíduos é muito recente e, por isso, os dados ainda são escassos. Estima-se que a produção de resíduos no 1ºS de 2016 tenha sido a seguinte: (i) óleos alimentares usados – 775 l; (ii) indiferenciados – 9.754 kg; (iii) vidro – 1.618 kg; (iv) papel e cartão – 1.148 kg; (v) plásticos e metais – 1.033 kg; (vi) pilhas e acumuladores – 32 kg; (vii) resíduos de material eléctrico – 3 kg.



Emissões

No 2º S de 2015, por efeito da energia consumida as emissões de gases com efeito de estufa, calculadas de acordo com o Despacho nº 17313/2008, de 26 de Junho, ascenderam a 201,8 ton de CO_{2e}. No 1º S de 2016 as emissões em causa descenderam ligeiramente para 190,8 ton de CO_{2e}. A eletricidade é a grande responsável pelas emissões de gases com efeito de estufa, com uma contribuição de cerca de 95%.

As emissões normalizadas mantiveram-se praticamente inalteradas – 14,5 kgCO_{2e}/dorm no 2ºS de 2015 e 14,9 kg CO_{2e}/dorm no 1ºS de 2016.

Em 31 de Dezembro de 2015, em equipamentos instalados no FBH existiam as seguintes quantidades de gases fluorados: 20 kg de R404, 121,07 kg de R410, 23,49 kg de R407 e 2,8 kg de SF6.



Objetivos e Metas Ambientais

Como anteriormente referido, os objetivos ambientais do FBH estão integrados na Política de Gestão e são os seguintes:

- ✓ “crescer de modo sustentado, orientando a gestão para resultados financeiros suportados na qualidade dos serviços, na avaliação do desempenho dos nossos processos críticos, na aprendizagem e desenvolvimento das pessoas e no desempenho ambiental”
- ✓ “melhorar continuamente, cumprindo todos os requisitos legais aplicáveis à nossa atividade”
- ✓ “proteger o ecossistema que enquadra as nossas unidades, adoptando medidas de prevenção da poluição e definindo objetivos de mitigação dos impactes das nossas atividades”

Para a monitorização global do desempenho energético do FBH elegeram-se os indicadores consumo de eletricidade, consumo de água e % de energia renovável, relativos aos aspetos com maior impacte.

Tendo em conta os resultados obtidos em 2015, com o propósito de melhorar o desempenho em 2016, fixaram-se as seguintes metas:

#consumo de eletricidade (total):	≤28kWh/dorm
#consumo água (total):	≤310l/dorm
#biodiversidade:	=2.704,8m2 (não prevista construção adicional)
%energia renovável:	≥25% (ajustado após revisão do balanço energético do 2ºS2016)

A avaliação do desempenho do FBH, abrangendo o desempenho ambiental, é efetuada com periodicidade, por norma, trimestral. Há contudo alguns aspetos que são monitorizados mais frequentemente, como é o caso por exemplo dos consumos de eletricidade e água, com medições e verificações semanais e do controlo mensal da ETAR.

Nos processos foi decidido focar a atenção nos aspetos ambientais com, simultaneamente, maior impacte ambiental e mais elevado custo: novamente eletricidade, águas e energias renováveis (impactes positivos).

Em 2017 será alargado o âmbito de avaliação do desempenho ambiental do FBH a outros aspetos ambientais que já são geridos, designadamente resíduos e eficácia da ETAR.

Na tabela 2 mostra-se o desempenho ambiental do FBH no 1ºS de 2016 e perspetiva de atingir as metas no fim do ano, obtida com base na tendência evidenciada pelos dados disponíveis em outubro de 2016.



PROCESSO	KPI	Un	Meta	Real	Desvio-%	Tendência
GLOBAL	#Consumo electricidade (total)	kWh/dorm	<=28	29,2	4,3%	↑
	#Consumo de água (total)	l/dorm	<=310	333	7,4%	↓
	#Biodiversidade	m2	2.704,8	2.704,8	0,0%	→
	%Energia renovável a)	%	25,0%	25,4%	1,6%	→

Tabela 2: SIG - síntese do desempenho ambiental no 1ºS 2016

Globalmente deve ser atingida a meta de participação de energias renováveis e excedida a de consumo de eletricidade, enquanto que a meta do consumo de água poderá não ser atingida.



Conformidade Legal

Na tabela 3 encontra-se o levantamento das obrigações de conformidade legal na área do ambiente. Regista-se a predominância do domínio das águas em consequência da situação particular do hotel relativamente a: (i) utilização de água termal captada na nascente “Água Férrea das Quenturas”; (ii) tratamento das águas residuais domésticas em ETAR própria, por não existir rede de saneamento municipal nas imediações do hotel.

Algumas situações de não conformidade, incluindo as detetadas na auditoria interna, foram objeto de ações visando a sua correção.

Diploma	Obrigação de conformidade	Evidência da conformidade
Decreto Lei nº 147 de 2008 <i>Regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais</i>	<u>Artigo 22.º</u> Garantia financeira obrigatória	Garantia financeira constituída por provisão, no valor de €2.067,80.
Lei nº 58 de 2005 <i>Lei da água</i>	<u>Artigo 60.º</u> Utilizações do domínio público sujeitas a licença a) A captação de águas b) A rejeição de águas residuais	Alvará nº 6317 de 10fev1955/Contrato de concessão dos jogos de fortuna e azar em SMG/autorização de 18fev2015 do Director DRAIC Autorização de rejeição Alvará nº AR/2016/46
Decreto Lei nº 226-A de 2007 <i>Regime de utilização dos recursos hídricos</i>	<u>Nº 1 do Art. 5º</u> O titular de licença ou o concessionário deve instalar um sistema de autocontrolo ou programas de monitorização adequados	Programa de controlo das águas termais.
	<u>Secção III - Rejeição de águas residuais</u> <u>Nº 2 do Art. 49º</u> É obrigatória a realização de uma apólice de seguro ou a prestação de uma caução, no prazo de 30 dias a contar da emissão da licença	Garantia financeira constituída por provisão, no valor de €2.067,80.
Decreto Legislativo Regional 18/2009/A <i>Regime jurídico da recolha, tratamento e descarga de águas residuais urbanas</i>	<u>SECÇÃO II - Sistemas prediais e sistemas individuais</u> <u>Art. 29.º</u> Autorização para os sistemas individuais de tratamento e descarga de águas residuais urbanas	Autorização de rejeição Alvará nº AR/2016/46
	<u>CAPÍTULO V - Lamas de depuração e sua rejeição e reutilização</u> <u>Nº 2 do Artº 43</u> As lamas devem ser encaminhadas para destino final adequado, nos termos previstos na legislação específica sobre resíduos, as lamas não tratadas	As lamas produzidas na ETAR são entregues ao Operador Licenciado Bياçores (Alvará 32/DRA/2009).
Regulamento EU nº 517 de 2014 <i>Relativo aos gases fluorados com efeito de estufa</i>	<u>CAPÍTULO II-Confinamento</u> <u>Artigo 3º</u> Prevenção das emissões de gases fluorados com efeito de estufa <u>Artigo 4º</u> Obrigatoriedade de providenciar a verificação da deteção de fugas. Obrigatoriedade de verificação da deteção de fugas anualmente. <u>Artigo 6º</u> Obrigatoriedade de registos	Plano de manutenção preventiva dos equipamentos que contêm gases fluorados com efeito de estufa. Todos os equipamentos que contêm gases fluorados com efeitos de estufa, são sujeitos a deteção de fugas-SEGMA (SAC-291/2015) Uma vez que o Hotel possui menos de 50 toneladas de CO2 equivalente efetuadas verificações anuais. Em cada intervenção são produzidos os registos previstos no Regulamento.



Diploma	Obrigação de conformidade	Evidência da conformidade
Regulamento EU n� 1516 de 2007 Estabelece disposições normalizadas para a detecção de fugas em equipamentos fixos de refrigeração, ar condicionado e bombas de calor que contenham determinados gases fluorados com efeito de estufa	<u>Artigo 8�</u> O operador deve assegurar que as reparações sejam efectuadas por pessoal acreditado para o desempenho dessas actividades específicas.	As intervenções são efetuadas por uma empresa certificada: SEGMA (SAC-291/2015)
Decreto Lei 56 de 2011 Gases fluorados com efeito de estufa	<u>Artigo 3�</u> Obrigação da rotulagem em português	Todos os equipamentos com gases fluorados de efeito de estufa apresentam um rótulo em língua portuguesa.
	<u>Artigo 4�</u> Obrigação da comunicação de dados relativos aos gases com efeito de estufa, até 31 de março de cada ano.	Comunicado em 10 outubro de 2016.
	<u>Artigo 10�</u> Obrigatoriedade de certificação dos técnicos para a execução das actividades relativas a equipamentos de refrigeração, ar condicionado e bombas de calor	Atividade realizada pela SEGMA (SAC-291/2015).
	<u>Artigo 12�</u> Obrigatoriedade de certificação da empresa que presta assistência, nomeadamente na detecção de fugas e carga de gás.	As intervenções são efetuadas por uma empresa certificada: SEGMA (SAC-291/2015)
Decreto Lei 118 de 2013 Desempenho Energético de Edifícios	<u>N� 3 do Artigo 3�</u> Obrigação da certificação conforme SCE	Certificado n� CE0010758/2016, válido até 27-10-2024.
	<u>N� 1 do Artigo 48�</u> Cumprimento dos limiares de proteção e condições de referência dos poluentes definidos na Portaria n� 353-A/2013	Relatório da Norma
Decreto Legislativo Regional n� 4/2016/A Adapta � Região Aut�noma dos Açores o Sistema de Certificação Energética de Edifícios	<u>N� 4 do Artigo 6�</u> Deve ser certificado todo o edifício de comércio e serviços que disponha de sistema de climatização centralizado para parte ou para a totalidade das suas frações, estando neste caso dispensadas de certificação as frações.	Certificado n� CE0010758/2016, válido até 27-10-2024.
Decreto Lei 73 de 2011 Estabelece o regime geral aplicável � prevenção, produção e gestão de resíduos	<u>N� 2 do Artigo 5�</u> Exceptuam-se da aplicação do diploma os resíduos urbanos cuja produção diária não exceda 1100 l por produtor, caso em que a respetiva gestão é assegurada pelos municípios.	O Hotel produz em média 750 l diários de resíduos urbanos, pelo que os mesmos são entregues � Câmara Municipal da Povo��o.
Decreto Legislativo Regional n� 29/2011/A Estabelece o regime geral aplicável � prevenção, produção e gestão de resíduos e aprova o regime jurídico do licenciamento e concessão das operações de gestão de resíduos.	<u>Artigo 12�</u> Responsabilidade pela gestão	O Hotel produz em média 750 l diários de resíduos urbanos, pelo que os mesmos são entregues � Câmara Municipal da Povo��o. Os restantes resíduos são entregues ao Operador Licenciado B�a�ores (Alvará 32/DRA/2009).
Decreto Legislativo Regional 24/2012/A Aprova as normas que regulamentam a gestão de fluxos específicos de resíduos	<u>CAPÍTULO III - Fluxos de resíduos.</u> <u>SECÇÃO IV - Equipamentos elétricos e eletr�nicos.</u> <u>SECÇÃO V - Pilhas e acumuladores.</u> <u>SECÇÃO VI - �leos alimentares usados.</u>	Todos os resíduos produzidos pelo hotel e considerados no diploma são entregues ao Operador Licenciado B�a�ores (Alvará 32/DRA/2009).
Decreto-Lei n� 221/2006 Estabelece as regras em matéria de emissões sonoras de equipamento para utilização no exterior	<u>N� 1 do Artigo 10�</u> Obrigatoriedade da marcação CE	Todo o equipamento do âmbito deste diploma apresenta a respetiva marcação CE.
	<u>Artigo 12�</u> Equipamento sujeito a marcação de emissão sonora	Máquinas de aparar relva e o GGE tem a marcação da respetiva emissão sonora.

Tabela 3: Conformidade legal



Verificador Ambiental

A APCER – Associação Portuguesa de Certificação, com o número de registo de verificador ambiental EMAS PT-V-001 acreditado para o âmbito **“Prestação de Serviços de Hotelaria, Restauração e Bar, SPA e Organização de Eventos no Furnas Boutique Hotel.”** (códigos NACE 55.1) declara ter verificado que a

Asta Atlântida, Sociedade de Turismo e Animação, S.A.
Avenida Dr. Manuel de Arriaga 9675 – 022 Furnas São Miguel Portugal

com o número de registo **PT-** cumpre todos os requisitos do Regulamento (CE) n.º 1221/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Novembro de 2009, que permite a participação voluntária de organizações num sistema comunitário de ecogestão e auditoria (EMAS).

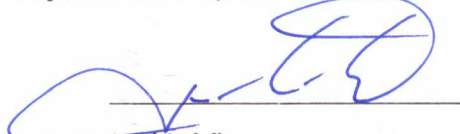
Assinando a presente declaração, declara-se que:


- a verificação e a validação foram realizadas no pleno respeito dos requisitos do Regulamento (CE) n.º 1221/2009;
- o resultado da verificação e validação confirma que não existem indícios do não cumprimento dos requisitos legais aplicáveis em matéria de ambiente;
- os dados e informações contidos na declaração ambiental actualizada da organização reflectem uma imagem fiável, credível e correcta de todas as atividades, no âmbito mencionado na declaração ambiental.

O presente documento não é equivalente ao registo EMAS. O registo EMAS só pode ser concedido por um organismo competente ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1221/2009.

O presente documento não deve ser utilizado como documento autónomo de comunicação ao público.

Leça da Palmeira, 29 de Dezembro de 2016


José Leitão
CEO


Cristina Barbosa
Auditora



Glossário

AQS	kWh
Água quente sanitária	kilowatt-hora (10^3 watt-hora)
ACE	kWh/dorm
Agrupamento complementar de empresas	kilowatt-hora por dormida
CBO ₅	kJ
Carência bioquímica de oxigénio	kilojoule (10^3 Joule)
CO _{2e}	kW
Dióxido de carbono equivalente	kilowatt
CQO	MT
Carência química de oxigénio	Média tensão
EMAS	MWh
Eco Management and Audit Scheme	Megawatt-hora (10^3 kWh)
ETAR	NACE
Estação de tratamento de águas residuais	Classificação das Atividades Económicas da União Europeia
ER	NIF
Estrada regional	Número de identificação fiscal
EDA	NP
Empresa de Electricidade dos Açores	Norma Portuguesa
EN	PDCA
Norma Europeia	Plan Do Check Act
FBH	PER
Furnas Boutique Hotel	Plano Especial de Revitalização
GGE	SIG
Grupo gerador de emergência	Sistema Integrado de Gestão
GJ	SF6
Gigajoule (10^9 Joule)	Hexafluoreto de enxofre
ISO	SST
International Organization for Standardization	Sólidos suspensos totais



Contatos

Furnas Boutique Hotel
Av Dr. Manuel de Arriga
9675-022 Furnas

José Tomaz Breyner
Tel: +351 296 249 20
mail: jose.breyner@furnasboutiquehotel.com

José António Rezendes
Tel: +351 296 249 900
Mail: jose.resendes@astatlantida.com